
***REAG Distribuidora de
Títulos e Valores
Mobiliários S.A.***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.



REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023

A handwritten signature in cursive script that reads "PricewaterhouseCoopers". The signature is written in black ink and is positioned above the printed name of the firm.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PRO50377/O-6



Relatório da Administração

31 de dezembro de 2022

Carta de Administração

A administração da REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas.

A Companhia é uma sociedade por ações regida pelas disposições legais e aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (“Lei das S.A.”). A Companhia foi constituída em 05 de junho de 2019 e seu registro perante a JUCESP ocorreu em 11 de setembro de 2019.

Dentre das suas principais atividades, cabe destacar: (a) Comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competências; (b) Encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; (c) Exercer funções de agentes fiduciários; (d) Constituir sociedade de investimentos – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários; (e) Realizar operação no mercado de câmbio, conforme legislação em vigor; (f) Realizar operações compromissadas; (g) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários e suas respectivas áreas de competências; (h) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnicas em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; (i) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários; e (j) Entre outras atividades.

Economia brasileira e internacional em 2022 e 2023

A economia brasileira em 2022 foi marcada por dois importantes acontecimentos que moveram os indicadores do país ao longo dos últimos meses: o fim de uma pandemia global e as eleições gerais. A Guerra na Ucrânia foi outro acontecimento que marcou o cenário econômico no mundo, mexendo com o mercado das commodities e as exportações brasileiras.

O ano de 2022 foi bastante desafiador para os investidores ao redor do mundo. Uma possível recessão mundial, entre outros fatores, fez com que investidores repensassem suas carteiras e se tornassem mais cautelosos. Logo em fevereiro, estourou a guerra entre Rússia e Ucrânia, o que trouxe não só questões econômicas como embates geopolíticos.

A guerra impactou na alta do petróleo, fertilizantes e commodities como o trigo, além do gás cujo principal prejudicado vem sendo a Europa que dependia em largas escalas do gás russo.

O boom de commodities causado pela guerra na Ucrânia impulsionou a economia. Medidas implementadas pelo governo adicionaram a esse impulso, reforçando a renda, e a reabertura final de setores muito afetados pelo isolamento também ajudou, com aquecimento expressivo do mercado de trabalho. O resultado foi crescimento significativamente melhor que o esperado.

E no Brasil não foi diferente, o qual o ano de 2022 iniciou com o dólar cotado nos maiores patamares, com foco na volta da pandemia da Covid-19 com a Ômicron e a alta da inflação de 12 meses. A taxa Selic, que vinha numa crescente desde janeiro de 2021, subiu ainda mais em 2022, quando o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) chegou a bater em abril a casa de 12,13% no acumulado dos últimos 12 meses. A meta inicial para 2022 era de 3,5% com teto em 5%. O aumento da taxa Selic ocorreu até agosto de 2022 quando chegou a 13,75%, nível mantido desde então.

O clima econômico local deu sinais positivos em abril quando o dólar atingiu sua menor marca cotado ao redor de R\$ 4,60 no fechamento do dia 4 e o Ibovespa atingiu a máxima do ano no dia primeiro do mesmo mês quando bateu os 121.570 pontos acumulando ganhos de 15,97% até a data. Mas o entusiasmo parou por aí. Já em julho, o Ibovespa atingiu a mínima do ano batendo os 96.120,85 pontos, queda de 20,93% se contarmos desde a máxima.

A zona do euro também elevou seus juros a 2,50% em dezembro com intuito de frear a inflação dos últimos 12 meses que chegou ao patamar de 10,6% durante o ano.

Com isso, o dólar ganhou força e um fenômeno que não ocorria em 20 anos voltou a ocorrer: A moeda norte-americana chegou a ser cotada em US\$ 0,9814 a cada euro no mês, o que levou o dólar então a valer mais que o euro.

Por fim, ainda tivemos as incertezas políticas originadas a partir da corrida eleitoral do Brasil, trazendo olhares mais cautelosos entre os gestores durante o período.

Mesmo após o término do segundo turno, houve dúvidas em relação a diversas áreas de atuação política do então eleito presidente, Lula, bem como se o mesmo, conseguiria emplacar as promessas de campanha tendo em vista a eleição de uma maioria no congresso nacional que tende a ir de encontro com suas ideias.

O cenário apresentado gerou altíssima instabilidade nos ativos globais o que acabou por gerar grandes oportunidades principalmente nas classes de fundos multimercados que souberam navegar as dificuldades econômicas no Brasil e, principalmente, no exterior. Já no mercado de ações brasileiro, mesmo em um ano difícil para a bolsa, alguns gestores conseguiram entregar resultados acima do índice Ibovespa, que acabou por fechar o ano com retorno positivo de 4,7%.

A melhora das perspectivas de atividade econômica foi acompanhada por aumento das pressões inflacionárias. Preços de commodities em alta reforçaram a pressão de custos que já era existente. O aquecimento do mercado de trabalho e a característica inercial do setor levaram a sucessivas altas da inflação de serviços. Cortes de impostos ajudaram a mitigar o choque, mas, para combater melhor a febre, o Banco Central do Brasil se viu forçado a aumentar a dose do remédio que tem à disposição, elevando ainda mais a taxa Selic.

Inflação

O IPCA fechou o ano de 2022 em 5,8%. No ano passado, os preços administrados (deflação de 3,8%) foram o destaque de queda em função das reduções de impostos implementadas no segundo semestre do ano. A inflação de itens industriais desacelerou no ano para 9,5% (de 11,9% em 2021) em razão, principalmente, da normalização do nível de estoques e da acomodação dos preços de commodities metálicas em reais. Por outro lado, os componentes de alimentação no domicílio e serviços aceleraram na comparação interanual, de 8,2% para 13,2% e de 4,8% para 7,6%, respectivamente.

O preço dos combustíveis sofreu um ciclo de cortes ao longo de 2022, mas o custo deles continua 34% mais caro no fim do ano. A Petrobras mudou os valores da gasolina e do diesel 16 vezes em 2022, e a gasolina termina o ano 0,32% mais barata, enquanto o diesel sofreu um aumento de 34,43% no preço ao longo dos últimos meses. O desempenho dos combustíveis se deve pela variação do petróleo no mercado internacional e à pressão política às vésperas das eleições presidenciais.

Elevamos a nossa projeção do IPCA em 2023 para 5,8%, de 5,7%. A revisão se deu basicamente em preços administrados, com aumento do preço de combustíveis (com as mudanças do ICMS do gás de botijão e diesel e menor repasse do corte de

preço da gasolina nas refinarias pela Petrobras no final do ano passado) e da estimativa de cobrança de IPVA, baseada em dados proprietários. A revisão foi parcialmente compensada por um ajuste na trajetória de serviços em função das surpresas baixistas recentes. No entanto, ainda esperamos uma aceleração de serviços no segundo e terceiro trimestres do ano, em linha com os fundamentos de um mercado de trabalho apertado.

Para 2024, mantivemos nossa projeção de inflação em 3,7%.

Avaliamos os riscos para a inflação tanto de 2023 como de 2024 como altistas. Além do possível impacto direto via aumento e volta de impostos (como o ICMS sobre combustíveis), o quadro fiscal incerto e o risco de alta da dívida pública podem aumentar o prêmio de risco, depreciar o real, pressionando a inflação e ancoragem das expectativas.

Taxa de Juros e Política Monetária

O trabalho do Banco Central de aumentar os juros para controlar a inflação também movimentou a economia brasileira no ano. A taxa Selic começou o ano em 9,25% e termina em 13,75%. Os juros sofreram 12 altas consecutivas em um ciclo de aperto monetário que começou em março de 2021 e terminou em agosto deste ano.

A primeira reunião do Copom de 2023 ocorreu nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro. Na reunião mais recente, o comitê ajustou sua comunicação para refletir o aumento dos riscos fiscais, destacando que a incerteza atual exige uma avaliação serena dos passos futuros da política fiscal – com ênfase nos impactos da incerteza fiscal sobre os preços e nas expectativas de inflação. Na ocasião, as autoridades colocaram foco importante sobre as expectativas de inflação para 2024, que desde então se deslocaram para cima (de 3,5% para 3,7%).

Não acreditamos que tal mudança, dada sua magnitude ainda modesta e todo o contexto de definições econômicas ainda em curso, deve levar a uma alteração expressiva de postura, e esperamos que o Copom continue se atendo à estratégia de juros estáveis por período prolongado. No entanto, o comitê pode reforçar seus alertas sobre a dinâmica de expectativas de inflação e preços de ativos, em particular no que diz respeito à volatilidade recente nos mercados locais.

Seguimos esperando manutenção da taxa Selic até o quarto trimestre de 2023, quando projetamos redução para 12,50% a.a. Também mantivemos nossa projeção de taxa Selic a 10,00% a.a. ao final de 2024, mas ressaltamos, mais uma vez, que o ritmo e magnitude de redução serão altamente dependentes de escolhas fiscais que serão definidas à frente.

Investimentos

Juros mais altos significam que menos projetos ficam atrativos o suficiente para sair do papel. A lógica é que, com Selic a 2%, muita coisa faz sentido. Com Selic próxima a 14%, a situação fica diferente, e discussões de ampliação de capacidade se tornam menos comuns (além do custo do dinheiro, volatilidade e incerteza também têm peso importante no contexto atual). Acontece que as empresas nem tiveram tempo para se acostumar com juros tão baixos no Brasil. Ademais, para quem capta dinheiro a longo prazo para investir, a taxa de um dia não é o principal referencial (e as taxas de dez anos, por exemplo, nunca caíram muito abaixo de 7%). Esses fatores, juntos com questões setoriais expostas abaixo, ajudam a explicar por que o investimento não foi tão afetado quanto se esperaria.

Os investimentos seguem firmes nos setores ligados à infraestrutura (onde os horizontes costumam ir muito além dos ciclos econômicos e políticos), com a percepção de que as mudanças regulatórias ocorridas nos últimos anos destravaram alguns desses mercados. Há novos players participando de leilões e ganhando consórcios. Destaca-se aqui o setor de energia, impulsionado pela geração distribuída e pelo uso de placas solares, em residências, na indústria (com taxas de retorno ainda muito acima dos juros de mercado) e no campo (o agro também investe significativamente em geração hidrelétrica com CGHs e PCHs).

Como antecipado em edições anteriores, o investimento na cadeia de óleo e gás voltou com força – e ainda foi potencializado pelo contexto atual, com humor bastante positivo no setor em decorrência das cotações de petróleo no mercado internacional. Os compromissos de descarbonização levam os mesmos grupos que investem no combustível fóssil a investirem em fontes renováveis – mas o petróleo e derivados seguem relevantes (inclusive, para financiar a transição para fontes limpas).

Uma dinâmica ainda incipiente resulta das novas tendências de near e friendshoring. Após décadas fazendo offshoring de produção em locais com menos custo (grosso modo, China), empresas vem buscando investir mais perto de casa (near) e em mercados menos vulneráveis a riscos geopolíticos, com maior alinhamento (friend). A guerra comercial entre EUA e China, a disrupção das cadeias de suprimentos causada pela pandemia e a guerra real entre Rússia e Ucrânia são os principais fatores por trás dessas duas novas tendências – e o Brasil é apontado com alguma frequência como uma economia que pode se beneficiar como um novo hub de produção. Até o momento, no entanto, o que temos observado de forma mais concreta são companhias que já produzem algo no Brasil buscando verticalizar

etapas adicionais do processo, a fim de reduzir dependência de importados e do frete internacional.

Finalmente, falando sobre fusões e aquisições, juros mais altos também potencializam a dinâmica comentada em algumas das seções anteriores, de consolidação de setores. Empresas alavancadas, em situação delicada, tornam-se alvo de quem tem recursos disponíveis para expandir participação de mercado e internalizar sinergias.

Fundos de Investimentos

O ano de 2022 deixou um sabor amargo com a sangria que afetou a indústria de fundos de investimentos no Brasil. A razão é que os resgates líquidos (depósitos menos saques) alcançaram R\$ 162,9 bilhões em 2022, maior montante desde o início da série histórica da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), que data de 2002.

Os saques se seguiram a um ano de recorde positivo: em 2021, as captações líquidas de fundos de investimento chegaram a R\$ 412,5 bilhões. Alguns fatores podem ter ajudado a provocar essa sangria nos fundos. A competição com os títulos de renda fixa isentos, o ambiente de inflação mais alta, a queda da renda disponível.

É difícil precisar quando esse movimento de saída dos fundos deve cessar, dada a necessidade de maior previsibilidade em torno do equilíbrio fiscal para que esse fluxo melhore. Em 2022, o maior volume de saques líquidos ocorreu em fundos multimercados, que fecharam 2022 com uma captação negativa de R\$ 87,6 bilhões, recorde para a categoria.

Nem mesmo retornos elevados conseguiram manter o fluxo positivo para multimercados. Levantamento feito com dados da plataforma Economática mostra que o ganho máximo alcançado por fundos multimercados chegou a 42,87% em 2022. O levantamento levou em conta veículos não exclusivos, com gestão ativa, patrimônio líquido médio superior a R\$ 100 milhões em 12 meses e mais de 99 cotistas no fim de dezembro. Foram excluídos fundos de crédito privado.

Fundos macro, que alocam em juros, Bolsa e câmbio, e que terminaram o ano com o segundo melhor retorno médio, de 16,99%, também não conseguiram escapar da onda de saques. Em 2022, os resgates líquidos de fundos multimercados do tipo macro somaram R\$ 7,0 bilhões – a terceira maior subcategoria em termos de saída perdendo apenas para multimercados do tipo livre e multimercados estratégia específica. É preciso ponderar, porém, que multimercados macro podem ser

cadastrados na base de dados da Anbima como multimercados do tipo livre (que adotam estratégias variadas).

O comportamento de saques dos investidores é reflexo das incertezas em relação a ativos de risco, que foi impulsionada pelo aperto monetário realizado pelo Banco Central. A expectativa de manutenção da taxa de juros de juros em patamar elevado deixa a renda fixa mais atrativa.

Apesar do ano amargo para a indústria de multimercados em termos de captação, acreditamos na gestão ativa para composição de uma carteira eficiente e que tais fundos podem voltar a brilhar em 2023. Nesse sentido, a sugestão tem sido por mesclar estratégias com posições em fundos multimercados dos tipos macro e quantitativos, além de long and short – em que o gestor monta posições comprando um ativo (long) e vendendo outro (short), para lucrar com o desempenho relativo entre eles.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. – CENÁRIO DE 2022

O ano de 2022 foi muito especial para Companhia. Finalizamos 2022 com um resultado satisfatório atrelado com os fatores mencionados abaixo:

Autorizações:

Além das autorizações de (a) instituição financeira e (b) representante de investidores não residentes, em 2022 a Companhia recebeu a qualificação pela B3 para atuar na qualificação à guarda física de ativos cartulares.

Destaques do Resultado das Demonstrações Financeiras

A Companhia encerrou o exercício com o lucro líquido de R\$ 4,9 milhões, 341% superior ao mesmo período do exercício anterior que totalizou R\$ 1,1 milhão. A receita de prestação de serviço foi de R\$ 34 milhões, 135% superior ao mesmo período do exercício anterior que totalizou R\$ 14,5 milhões. Vale ressaltar que o aumento das receitas se deve pelas autorizações recebidas e captação de novos clientes, o que originou um aumento expressivo da receita. As despesas administrativas totalizaram R\$ 19,4 milhões, aumento de 117% comparado com o mesmo período do exercício anterior que totalizou R\$ 8,9 milhões. O aumento deve-se aos investimentos realizados nas áreas de infraestrutura e tecnologia para otimização dos processos e melhor atendimento ao cliente.

As operações realizadas no período estão alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos para a instituição, sendo que os resultados apurados estão de acordo com as projeções de negócios. A estrutura organizacional e operacional implementada é compatível com aquela estabelecida no plano de negócios e adequada à natureza e à complexidade dos produtos, serviços e atividades da Companhia.

Destacamos que a Companhia encerrou o exercício com 318 fundos ativos, aumento de 150% comparado com o mesmo período de 2021 que encerramos com 212 fundos ativos sobre administração.

Para o exercício de 2023, a expectativa da Companhia é um aumento orgânico de novos fundos com projeções de crescimento entre 60% e 65% em um cenário básico

Gerenciamento de Capital – Limites Operacionais (Acordo de Basiléia)

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/2013 e 4.278/2013, instituiu a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) para cálculo do Índice de Capital.

Adicionalmente, através da Resolução nº 4.193/2013, instituiu apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR) para os ativos ponderados pelo risco (RWA).

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) correspondem à soma das seguintes parcelas:

- I - RWA_{cpad}, relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
- II - RWA_{mpad}, relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
- III - RWA_{opad}, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

O índice de capital apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nos termos das referidas Resoluções é de 29,14% demonstrando a boa capacidade de solvência da instituição financeira, quando comparado ao requisito mínimo do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%.

O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital:

	2022	2021
Patrimônio de Referência (PR)	3.827	2.610
Risco de crédito (RWAcpad)	6.515	4.503
Risco de mercado (RWAm pad)	-	-
Risco operacional (RWAopad)	6.616	4.603
Somatório dos ativos ponderados por risco	13.131	9.106
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR)	1.379	956
Margem de capital	2.448	1.654
Índice de Basiléia	29,14%	17,36%

Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

Diante da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), vigente a partir de 18 de setembro de 2020, a Companhia tem como o principal foco a segurança dos nossos clientes. Ao longo de 2022, trabalhamos fortemente, sendo nosso dever, fazer com que os clientes reconheçam seus direitos, proporcionando clareza quanto às políticas de uso das informações e de seu respectivo conteúdo. Estamos realizando ações recorrente com clientes e funcionários, com auxílio de parceiros, visando estimular o máximo de conhecimento sobre o tema, a fim de compreender os principais impactos da lei nos negócios e garantir ao cliente toda segurança necessária.

Aceleração digital

Durante o exercício, aceleramos nossos processos de transformação digital, como base para suportar a melhor experiência para nossos clientes. Dentro dos principais desafios: (a) Implantação do sistema ERP (TOTVS) para auxiliar o time operacional no processamento das carteiras; (b) Treinamentos contínuos a equipe para desenvolvimento de novas ferramentas para atendimento em *real time* aos nossos clientes; (c) Sistema de gestão de risco desenvolvida para atendimento das obrigações aos órgãos competentes; (d) Investimentos em novas tecnologias ao longo dos próximos 5 anos; e (e) parceria com a Temenos, empresa líder em tecnologia bancária, para alavancar nossos planos de modernização e automação, oferecendo aos nossos clientes e colaboradores um serviço mais ágil, eficiente e preciso.

Gestão de pessoas

As políticas e práticas de gestão de pessoas são norteadas pela meritocracia, compromisso com os valores da Companhia, foco na experiência do cliente, transformação digital e inovação. A Companhia investe em seus profissionais, tendo

como foco principal a certificação de 100% da base dos colaboradores. No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, seus colaboradores possuíam certificações, tais como, CPA 10, CPA 20, CGA, entre outras. Anualmente a Companhia realiza projetos de treinamento *in company* para seguir em linhas com as atualidades do ramo de atividade.

Auditoria independente

Em atendimento as disposições legais, a Administração da Companhia informa que, para a auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, a PwC - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., não prestou à Companhia qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 31 de março de 2023

Silvano Gersztel
Diretor Presidente



REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A
(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Demonstrações financeiras do exercício findo em
31 de dezembro de 2022 e 2021

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Balanços patrimoniais dos exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)



	NE	31/12/2022	31/12/2021		NE	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Ativo circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	85	23	Obrigações tributárias	8	1.441	193
Títulos e valores mobiliários	5	4.738	1.263	Obrigações trabalhistas	9	673	360
Rendas a receber	6	5.954	1.271	Credores diversos	10	3.401	678
Outros créditos		151	76	Dividendos e JCP		462	-
				Total do passivo circulante		5.977	1.231
Total do ativo circulante		10.929	2.633				
Ativo não circulante				Patrimônio líquido	11		
Imobilizado	7	749	633	Cotas no país		1.300	800
				Reserva de lucros para investimentos		4.402	1.235
Total do ativo não circulante		749	633	Total do patrimônio líquido		5.702	2.035
Total do ativo		11.678	3.266	Total do passivo e patrimônio líquido		11.678	3.266

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	NE	2º. Semestre		
		2022	2022	2021
Receitas da intermediação financeira				
Rendas com títulos e valores mobiliários	12	123	201	42
		123	201	42
Resultado da intermediação financeira				
Outras receitas (despesas) operacionais				
Receitas de prestação de serviços	13	23.493	34.237	14.555
Despesas de pessoal	13	(3.537)	(6.152)	(2.747)
Despesas administrativas	13	(12.484)	(19.430)	(8.970)
Outras despesas operacionais	13	(1.746)	(2.493)	(987)
Outras receitas operacionais	13	53	53	-
		5.902	6.416	1.893
Resultado operacional				
		5.902	6.416	1.893
Resultado antes dos tributos				
		5.902	6.416	1.893
Imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(1.287)	(1.526)	(783)
		4.615	4.890	1.110
Lucro líquido do semestre/exercício				
Quantidade de ações		800.000	800.000	800.000
Lucro líquido por ação		5,76842	6,11256	1,38684

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)



	2º. Semestre		
	2022	2022	2021
Lucro líquido do semestre/exercício	4.615	4.890	1.110
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	4.615	4890	1.110

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Demonstrações das mutações do patrimônio em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)



	Reserva de lucros para investimentos				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2021	800	12	224	-	1.036
Resultado abrangente do exercício					
Lucro líquido do período	-	-	-	1.110	1.110
Destinação do lucro líquido do exercício					
Constituição de reserva para investimentos	-	56	1.054	(1.110)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(111)	-	(111)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	800	68	1.167	-	2.035
Saldos em 01 de janeiro de 2022	800	68	1.167	-	2.035
Resultado abrangente do exercício					
Lucro líquido do período	-	-	-	4.890	4.890
Destinação do lucro líquido do exercício					
Aumento de capital	500	(11)	(489)	-	-
Constituição de reserva para investimentos	-	245	4.645	(4.890)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(958)	-	(559)
Juros sobre capital próprio	-	-	(265)	-	(202)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.300	302	4.100	-	5.702
Saldos em 01 de julho de 2022	1.300	71	283	-	1.654
Resultado abrangente do semestre					
Lucro líquido do semestre	-	-	-	4.615	4.615
Destinação do lucro líquido do semestre					
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Constituição de reserva para investimento	-	231	4.384	(4.615)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(399)	-	(399)
Juros sobre capital próprio	-	-	(168)	-	(168)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.300	302	4.100	-	5.702

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2º. Semestre		
	2022	2022	-2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	4.615	4.890	1.110
Ajustes para:			
Depreciação	103	192	110
Baixa de imobilizado	523	523	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social	1.287	1.526	783
Varição nas contas de ativos e passivos			
Títulos e valores mobiliários	(3.409)	(3.475)	(458)
Rendas a receber	(5.126)	(4.683)	31
Outros créditos	(45)	(76)	189
Obrigações tributárias	1.270	1.247	(139)
Obrigações trabalhistas	14	312	360
Credores diversos	2.456	2.723	(742)
Caixa gerado nas atividades operacionais	1.689	3.182	1.244
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.287)	(1.526)	(802)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	402	1.655	442
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(290)	(832)	(371)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(290)	(832)	(371)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(104)	(202)	(111)
Dividendos distribuídos	-	(559)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(104)	(761)	(111)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	7	62	(40)
Demonstração do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	78	23	63
No final do exercício	85	85	23
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	7	62	(40)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."). A Companhia foi constituída em 05 de junho de 2019 e seu registro perante a JUCESP ocorreu em 11 de setembro de 2019.

A Companhia tem sua sede na cidade e Estado de São Paulo, e tem por objeto social:

- (i) Subscriver isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;
- (ii) Intermediar a oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- (iii) Comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;
- (iv) Encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários;
- (v) Incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e de pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- (vi) Exercer funções de agentes fiduciário;
- (vii) Instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos;
- (viii) Constituir sociedade de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- (ix) Realizar operação no mercado de câmbio, conforme legislação em vigor;
- (x) Realizar operações de conta margem, conforme regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- (xi) Realizar operações compromissadas;
- (xii) Praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- (xiii) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixa pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários e suas respectivas áreas de competências;
- (xiv) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; e
- (xv) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

1.1 Principais autorizações:

Em 9 de janeiro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia. recebeu autorização junto ao Banco Central do Brasil para operação como instituição financeira.

Em 19 de março de 2020, conforme Ofício CVM nº 243/2020, a Companhia recebeu autorização junto a CVM o registro como representante de investidores não residentes, na forma prevista na Resolução CMN nº 4.373, de 29/9/2014.

Em 13 de abril de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM o registro para exercer a atividade de Escriturador de Valores Mobiliários, nos termos do art. 34, §2º, da Lei 6.404 e da Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 17.808.

Em 2 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previsto na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, conforme Ato Declaratório nº 18.073.

Em 17 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviço de Custódia de Valores Mobiliários, nos termos do Artigo 24 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM nº 452, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 18.093.

Em 12 de abril de 2021, conforme ofício nº 103/2021/CVM/SMI/GME, a Distribuidora recebeu autorização a prestar os serviços de custódia física de valores mobiliários não escriturais nos termos da Instrução CVM nº 542/2013.

Em 18 de outubro de 2021, a Distribuidora recebeu autorização pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar serviços de agente fiduciário.

Em 25 de outubro de 2022, a Companhia recebeu a qualificação pela B3 para atuar na qualificação à guarda física de ativos cartulares.

1.2 Gerenciamento de Capital – Limites operacionais (Acordo de Basiléia)

O BACEN, através da Resolução nº 4.193/2013 instituiu a metodologia para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e instituiu o Adicional de Capital Principal.

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) correspondem à soma das seguintes parcelas:

I - RWACPAD, relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

II - RWAMPAD, relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

III - RWAOPAD, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

O índice de capital apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nos termos das referidas Resoluções é de 29,14% demonstrando a boa capacidade de solvência da instituição financeira, quando comparado ao requisito mínimo do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%.

O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital (em R\$ mil).

	2022	2021
Patrimônio de Referência (PR)	3.827	2.610
Risco de crédito (RWAcpad)	6.515	4.503
Risco de mercado (RWAm pad)	-	-
Risco operacional (RWAopad)	6.616	4.603
Somatório dos ativos ponderados por risco	13.131	9.106
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR)	1.379	956
Margem de capital	2.448	1.654
Índice de Basiléia	29,14%	17,36%

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela REAG DTVM, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01 – R1), Res. 3.604/08 - demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 (R2)), Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1)), Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25), Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24), Res. 3.989/11 - pagamento baseados em ações (CPC 10 (R1)), Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23), Res. 4.144/12 - estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil- financeiro (Pronunciamento conceitual básico), exceto nas matérias não conflitantes com os dispositivos do BACEN Res. 4.424/15 - registro contábil e evidenciação de benefícios a empregados (CPC 33 (R1)), Res. 4.524/16 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 (R2)), Res. 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 (R1)), Res. 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27) Res. 4.748/19 Mensuração do Valor Justo (CPC 46), e Res. 3.050/19 Resultado por Ação (CPC 41)

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas e aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 31 de março de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o período apresentado nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM
- b) Instrumentos financeiros;
- c) Avaliação do valor recuperável de ativos;
- d) Apuração do resultado

- e) Caixa e equivalente de caixa
- f) Tributos
- g) Imobilizado
- h) Provisões
- i) Receita
- j) Lucro por ação
- k) Resultado recorrente e não recorrente
- l) Estimativa de valor justo

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários (nota explicativas nº 5) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da REAG DTVM, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativamente e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela ANBIMA, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados pro rata dia, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

b) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

Quando da impossibilidade de atribuição do valor justo de ativos e passivos financeiros por meio de derivações de preço de um mercado ativo, esse é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são provenientes de dados observáveis no mercado, sempre que disponíveis. Caso não existam informações suficientes para a aplicação dos critérios mencionados, são adotados outros parâmetros técnicos e julgamentais, devidamente aprovados na Governança de Riscos da Organização.

c) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia avalia na data de cada balanço, ou quando necessário, se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo (um “evento de perda”), e que aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, Companhia não identificou eventos que indicassem a redução de valor recuperável sobre seus ativos financeiros.

d) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

e) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (nota explicativa nº 4)

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas 2022	Alíquotas 2021
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	16%	20%
PIS	0,65%	0,65%
COFINS	4%	4%
ISSQN	Até 5%	Até 5%

g) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando se aumenta a vida útil ou o uso/funcionalidades dos bens, e desde que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzidos das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo da vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado é contabilizada em Despesas Administrativas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Receita

As taxas de administração são baseadas no desempenho (taxas de desempenho), reconhecidas pela prestação de serviços de gestão de ativos e calculadas com base na valorização do valor patrimonial líquido dos fundos, sujeitas a certos limites, como taxas internas de retorno ou taxas de saída, de acordo com os termos da constituição do fundo. As taxas de desempenho, que incluem contraprestação variável, são reconhecidas somente após uma avaliação dos fatos e circunstâncias e quando é altamente provável que a reversão significativa do valor da receita acumulada reconhecida não ocorra quando a incerteza for resolvida.

A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços bem como o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, conforme demonstrado nas políticas de reconhecimento demonstrado abaixo:

- **Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A seguir apresentamos a natureza e a época do cumprimento relacionadas as obrigações de desempenho em contratos com clientes:

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Comissão e estruturação	Comissão sobre colocação e intermediação de títulos no mercado e por diversos tipos de serviços financeiros. Atua na estruturação de produtos financeiros desenvolvimentos especificamente de acordo com as necessidades de cada cliente.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulado em contrato a data de pagamento
Administração e gestão dos ativos	Assessoria seus clientes em todo os processos de gestão de ativos e administração de carteiras de fundos de investimentos.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão e administração cobradas pelos serviços prestados.
Assessoria e consultoria financeira	Oferecemos serviços de consultoria financeira e estratégica relacionada a fusões e aquisições, captação de recursos, parcerias estratégicas, joint ventures e reestruturação societária.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, quando há o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato.

j) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de os potenciais ações ordinárias diluidoras.

k) Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. Durante o período de divulgação, não foram identificados eventos considerados como resultado não recorrentes.

l) Estimativa de valor justo

A Companhia classifica o valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos conforme segue:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – A avaliação utiliza informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 – A avaliação utiliza informações significativas que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os ativos ou passivos remanescentes.
- o valor justo de contratos futuros de taxas de inflação (como arrendamentos) com base nas taxas de inflações futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados ao valor justo em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

	31 de dezembro de 2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mensurações ao valor justo				
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	4.738	-	4.738
Total do ativo	-	4.738	-	4.738

	31 de dezembro de 2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mensurações ao valor justo				
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	1.263	-	1.263
Total do ativo	-	1.263	-	1.263

3. Gestão de riscos

A Administração da Companhia adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações financeiras são mantidas com o objetivo de minimizar o risco de crédito dos ativos da Companhia, bem como proporcionar o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia.

a) Processo de Gestão de Riscos

A Companhia possui processo para gestão dos riscos em que está sujeita por força do segmento de negócio em que atua, sendo acompanhados os seguintes riscos:

- Risco Operacional;
- Risco de Estratégia;
- Risco de Reputação;
- Segurança da Informação e Risco Cibernético;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Mercado;
- Risco de Crédito.

O processo de gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros que compõem a carteira própria é realizado a partir de análise em condições de normalidade e estresse, incluindo acompanhamento de descasamento entre ativo e passivo em relação à exposição em diferentes indexadores e avaliação de impacto no lucro da Companhia decorrente de resultado financeiro inferior ao custo de oportunidade.

A exposição aos riscos de mercado e liquidez é gerenciada considerando-se limites, procedimentos e metodologias aprovados no Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI), composto por diretores da Companhia.

É utilizado, quando aplicável, a metodologia de *Value-at-Risk* (VaR) para o gerenciamento do risco de mercado da carteira própria, mediante a estimação da perda potencial máxima esperada em determinado horizonte temporal com intervalo de confiança estabelecido.

Nível mínimo de ativos líquidos de alta qualidade, com alto grau de conversão em espécie, é mantido para a cobertura da exposição ao risco de liquidez, além de um Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar, controlar e reportar estado de estresse.

Na Companhia o gerenciamento de riscos da carteira própria é realizado de forma segregada das atividades de negócios e de auditoria interna. Riscos de estratégia e de reputação são geridos utilizando-se uma abordagem por indicadores que refletem o nível de risco incorrido pela Companhia em cada uma de suas dimensões, estando alinhado com as políticas internas da Companhia. São definidos limites para tais indicadores de controle, os quais são monitorados de forma a assegurar o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

As políticas de gestão de riscos são analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

4. Disponibilidades

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos bancários	85	23
	<u>85</u>	<u>23</u>

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cotas de fundos de investimentos (*)	4.738	1.263
	<u>4.738</u>	<u>1.263</u>

(*) As contas de fundos de investimentos em multimercado possuem liquidez imediata e estão apresentadas a seguir:

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**(CNPJ: 34.829.992/0001-86)****Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nome do fundo	Administrador	Quantidade de cotas	Valor por cota em 31/12/2022	Valor Total
REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	4.557.698	1,040	4.738
				4.738

Nome do fundo	Administrador	Quantidade de cotas	Valor por cota em 31/12/2021	Valor Total
REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1.233.245	1,024	1.263
				1.263

A REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. possui em sua estrutura o fundo exclusivo REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado. O objetivo precípua do FUNDO é atuar no sentido de proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas mediante aplicações de recursos financeiros em carteira diversificada de ativos financeiros. A alocação do FUNDO deverá obedecer às limitações previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor, principalmente no que tange a categoria a que o FUNDO pertence. Para os fins deste Regulamento, consideram-se ativos financeiros aqueles elencados no §5º do artigo 2º da Instrução CVM nº 555/14.

O fundo iniciou as operações em 2021 e abaixo apresentamos a composição da carteira findo em 31 de dezembro de 2022:



O fundo possui cotas de outros fundos, cujo perfil é aplicação de seu patrimônio líquido em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis nos mercados financeiro e de capitais em geral, sem o compromisso de concentração, mesmo que indiretamente, em nenhum mercado, ativo ou fator de risco específico.

6. Rendas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços prestados a receber (*)	5.954	1.271
	<u>5.954</u>	<u>1.271</u>

(*) Refere-se a valores a receber de clientes inerente a operação da Companhia e despesas antecipadas pagas por conta e ordem que serão reembolsadas.

O aging list dos valores a receber está demonstrado abaixo:

<u>Aging list</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
A vencer	5.154	35
Vencidos entre 1 a 30 dias	287	39
Vencidos entre 30 a 120 dias	271	153
Vencidos entre 120 a 180 dias	84	282
Vencidos entre 180 a 360 dias	158	761
	<u>5.954</u>	<u>1.271</u>

A avaliação de perda de crédito é realizada para a carteira de clientes, e quando necessário, é constituída com base em análises de risco de crédito, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram constituídas provisões para perdas de créditos esperadas.

7. Imobilizado

Segue a movimentação do ativo imobilizado:

Custo do imobilizado	Taxa média anual - %	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Instalações	10%	136	177	(313)	-
Moveis	10%	285	93	(378)	-
Equipamentos de informática	10%	395	562	-	957
		816	832	(691)	957
Depreciação		Saldo em 31/12/2021	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Instalações		(20)	(22)	(42)	-
Moveis		(87)	(39)	1236	-
Equipamentos de informática		(76)	(132)	-	(208)
		(183)	(193)	168	(208)
Total líquido		633	639	(523)	749
Custo do imobilizado	Taxa média anual - %	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Instalações	10%	55	81	-	136
Moveis	10%	285	-	-	285
Equipamentos de informática	10%	105	290	-	395
		445	371	-	816
Depreciação		Saldo em 31/12/2020	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Instalações		(8)	(12)	-	(20)
Moveis		(41)	(46)	-	(87)
Equipamentos de informática		(24)	(52)	-	(76)
		(73)	(110)	-	(183)
Total líquido		372	261	-	633

8. Obrigações tributárias

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão para IRPJ e CSLL	852	69
ISS	173	33
COFINS	335	65
PIS	54	11
Impostos retidos	27	15
	<u>1.441</u>	<u>193</u>

9. Obrigações trabalhistas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários	258	125
Impostos e contribuições	166	52
Férias	141	136
INSS e FGTS	107	47
	<u>673</u>	<u>360</u>

10. Credores Diversos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores (*)	3.389	678
Fornecedores – Partes relacionadas (NE 17)	12	-
	<u>3.401</u>	<u>678</u>

(*) Refere-se a valores a despesas a pagar de fornecedores diversos inerente a operação da Companhia, tais como: despesas com aluguéis, condomínios, IPTU, água e energia no valor total de R\$ 427 (R\$ 322 em 31 de dezembro de 2021), compras de equipamentos e licença de software no valor total de R\$ 1.931, seguro patrimonial no valor de R\$ 104 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2021), despesas com fundos no valor de R\$ 607 (R\$ 220 em 31 de dezembro de 2021) entre outros fornecedores no valor total de R\$ 332 R\$ (86 em 31 de dezembro de 2021).

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia é de R\$ 1.300 (R\$ 800 em 31 de dezembro de 2021), divididos em 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de março de 2022, a acionista aprova o aumento de capital no valor de R\$ 500, mediante a transferência do saldo de reservas de lucros. Desta forma o capital social da Companhia é de R\$ 1.300, dividido em 800.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

b) Resultado do exercício

No período findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou o lucro líquido de R\$ 4.890 (lucro líquido de R\$ 1.110 em 31 de dezembro de 2021).

c) Reserva legal

A Reserva legal é constituída a partir do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O valor em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 302 (R\$ 68 em 31 de dezembro de 2021).

d) Reserva de lucros para investimentos

Conforme estatuto social, o saldo remanescente após a constituição da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios ficará à disposição da Assembleia que decidirá sua destinação, podendo, inclusive, mantê-lo em uma das contas de reserva prevista nos artigos 194 a 194 da Lei 6.404/76. Desta forma, em 31 de dezembro de 2022 o saldo da reserva de lucros era de R\$ 4.100 (R\$ 1.167 em 31 de dezembro de 2021).

d) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme ata de reunião da diretoria realizada em 29 de março de 2022, os diretores da Companhia aprovaram, sem qualquer ressalva, a distribuição de dividendos para a acionista, no valor de R\$ 958. Os juros de capital próprio pagos em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 265 (R\$ 111 em 31 de dezembro de 2021).

12. Receitas da intermediação financeira

	<u>2º. Semestre</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas por valorização de cotas (*)	123	201	42
	<u>123</u>	<u>201</u>	<u>42</u>

(*) Refere-se à valorização das cotas que a Companhia possui, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

13. Outras receitas (despesas) operacionais

Outras receitas

	<u>2º. Semestre</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas de prestação de serviços			
Receita de administração de carteira de clientes (*)	23.493	34.237	14.346
Receita de assessoria financeira	-	-	209
	<u>23.493</u>	<u>34.237</u>	<u>14.555</u>

(*) Refere-se ao gerenciamento da carteira de investimentos em operações financeiras diversas.

Outras despesas**Despesas de pessoal**

Benefícios	(1.194)	(2.036)	(895)
Encargos sociais	(616)	(1.066)	(448)
Proventos	(1.727)	(3.049)	(1.368)
Outros	-	(1)	(36)
	(3.537)	(6.152)	(2.747)

Despesas administrativas

Aluguel e condomínio	(2.331)	(3.884)	(2.124)
Despesa de água e energia	(174)	(294)	(185)
Despesa de manutenção	(1.329)	(2.023)	(969)
Despesa de licença de uso de software (***)	(1.684)	(3.323)	(2.014)
Despesa de desenvolvimento	(736)	(1.289)	(362)
Serviços de terceiros (*)	(4.004)	(5.468)	(2.515)
Despesa de comunicação	(423)	(569)	(105)
Despesa de materiais	(163)	(242)	(102)
Depreciação	(105)	(194)	(110)
Seguros	(25)	(40)	(34)
Outras despesas	(1.510)	(2.104)	(450)
	(12.484)	(19.430)	(8.970)

Outras receitas (despesas) operacionais

Despesas tributárias (**)	(1.746)	(2.493)	(987)
Outras receitas	53	53	-
	(1.693)	(2.440)	(987)

Total de receitas e despesas operacionais

	5.779	6.215	1.851
--	--------------	--------------	--------------

(*) Refere-se a serviços de auditoria externa, serviços de contabilidade e serviços jurídicos.

(**) Refere-se a tributos sobre o faturamento de receitas de prestação de serviço.

(***) Refere-se a licença de uso de software, para operação da Companhia.

14. Imposto de renda e contribuição social

	2º. Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Lucro real antes da compensação	3.364	3.780	1.794
Devido IRPJ (15%)	505	567	269
Adicional (10%)	268	354	155
Total de IRPJ	773	921	424
Lucro real antes da compensação	3.364	3.780	1.794
Devido CSLL (*)	514	605	359
Total de IRPJ	514	605	359
Total de IRPJ e CSLL	1.287	1.526	783

(*) O cálculo da CSLL devida foi calculado com base na alíquota de 15% entre janeiro de 2022 a julho de 2022 e 16% entre agosto de 2022 à dezembro de 2022 (20% em 2021).

15. Contingências

A Companhia não é parte envolvida em nenhum processo judicial e/ou administrativo na esfera cível, trabalhista ou tributária, conseqüentemente, não foi registrada provisão para cobrir eventuais riscos.

16. Remuneração do pessoal-chave

Os administradores da Companhia não receberam remuneração fixa ou variável durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

17. Partes Relacionadas

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui saldos de fornecedores a pagar (NE 10) com suas partes relacionadas, o qual se refere a compras de equipamentos de informática.

	2022	2021
REAG Asset	3	-
REAG Administradora	9	-
	12	-

18. Eventos Subsequentes

Em 18 de janeiro de 2023, através da ata de assembleia geral extraordinária, foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$ 200 mil com a utilização de parte da reserva de lucros, o qual o capital social, a partir da data de aprovação, será de R\$ 1.500 mil dividido em 800 mil ações.

19. Outros assuntos

Resolução CMN nº 4.966/21

A nova resolução substitui, principalmente, a resolução CMN nº 2.682/99 – que define a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras desde 1999 – e também as circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03 (emitidas pelo Bacen), aplicáveis aos títulos e aos valores mobiliários.

A nova regulamentação entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. No entanto, as instituições financeiras devem preparar e deixar à disposição do Banco Central um plano de adequação até 31 de dezembro de 2022 (conforme resolução CMN 5.019/22), estabelecendo os ajustes necessários e potenciais impactos para adaptação à nova resolução. Esses ajustes podem ser a revisão no ambiente de sistemas e das políticas e práticas de mensuração das provisões para perdas esperadas em todos os instrumentos financeiros da instituição; mudança nos modelos de negócios em relação aos produtos financeiros; possível necessidade de aumento e especialização do quadro de profissionais, entre outros.

A Companhia revisa de forma tempestiva a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estando desta forma apta para a aplicação desta resolução a partir de 1º de janeiro de 2025.

Decisão do STF sobre a quebra dos efeitos da coisa julgada

Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, que resolveu, em 8 de fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente.

Confirmamos que não foi identificada na Companhia exposição em relação ao tema, sendo que, nenhuma provisão, segundo os preceitos do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, foi necessária em 31 de dezembro de 2022 ou em exercícios anteriores.
